



# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

---

## **PREGÃO ELETRÔNICO 027/2026** **PROCESSO ADMINISTRATIVO 051/2026**

**CONTRATANTE (UASG):** MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA (987985).

**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de higienização, desinfecção bacteriológica e manutenção preventiva de reservatórios de água potável.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 114.148,30 (Cento e quatorze mil cento e quarenta e oito reais e trinta centavos).

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** Dia 01/06/2026 às 09:00h (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço

**MODO DE DISPUTA:** Aberto

**PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO:** NÃO

**PLATAFORMA DE PREGÃO ELETRÔNICO:** [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

## Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
3. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES COMPRASGOV .....	6
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	7
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	14
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	15
9. DOS RECURSOS .....	20
10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.....	21
11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.....	22
12. DO CONTRATO .....	22
13. DO REAJUSTE .....	23
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	23
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	26
16. DA CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO.....	27
17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	28



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
Estado do Paraná  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 051/2026**

Torna-se público que a Prefeitura do Município de Cafelândia, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 78.121.878/0001-72, sediada na Rua Vereador Luiz Picoli, 299 - Centro, Cafelândia - PR, 85415-000, por meio do setor de compras e licitações realizará licitação para contratação de serviços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos contínuos e especializados de higienização, desinfecção bacteriológica e manutenção preventiva de reservatórios de água potável (bruta e tratada), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. ***Em caso de divergência existente entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados na página eletrônica da plataforma de licitação [www.gov.br](http://www.gov.br) e as especificações constantes no Termo de Referência, PARA EFEITO DE PROPOSTA, ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO prevalecerão às do Termo de Referência.***
- 1.3. ***A licitação será dividida em LOTES, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos LOTES forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.***

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 2.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico empresas brasileiras ou empresas estrangeiras em funcionamento no Brasil pertencentes ao ramo do objeto licitado, que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, para o respectivo cadastramento junto ao



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

SICAF e COMPRASGOV e que desempenhem atividade compatível com o objeto desta Licitação.

- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. *A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).*
- 2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 2.7. Não poderão disputar esta licitação:
  - 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - 2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - 2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

- 2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.8. O impedimento de que trata o item 2.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.11. O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

- 2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 2.13. A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES COMPRASGOV**

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br](http://www.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento

Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299 - Centro - Cafelândia - PR / CEP.: 85.415-000 - Fone: (45) 3241-4300 – Fax.: (45) 3241-1156

CNPJ : 78.121.878/0001-72 - Site: [www.cafelandia.pr.gov.br](http://www.cafelandia.pr.gov.br)



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para recebimento da proposta.

4.3. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.3.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele lote;

4.3.2. Nos lotes em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a data e horário fixado para recebimento das propostas.

4.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.7.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.7.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.8. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.8.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando

Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299 - Centro - Cafelândia - PR / CEP.: 85.415-000 - Fone: (45) 3241-4300 – Fax.: (45) 3241-1156

CNPJ : 78.121.878/0001-72 - Site: [www.cafelandia.pr.gov.br](http://www.cafelandia.pr.gov.br)





**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.8.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.7 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento





**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.7.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante na proposta preenchida no sistema, sendo que os documentos anexados serão disponibilizados apenas após a fase de lances.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor do item/lote.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$0,01 (um centavo)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **“ABERTO”**.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
  - 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
  - 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
  - 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
  - 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.19.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

**6.20.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas úteis (horário de funcionamento), envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.2.1. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de

Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299 - Centro - Cafelândia - PR / CEP.: 85.415-000 - Fone: (45) 3241-4300 – Fax.: (45) 3241-1156

CNPJ : 78.121.878/0001-72 - Site: [www.cafelandia.pr.gov.br](http://www.cafelandia.pr.gov.br)



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

habilitação.

- 7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
- 7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.6.1. contiver vícios insanáveis;
  - 7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
  - 7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - 7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 8.1. Para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#), deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **8.2. Habilitação Jurídica:**

Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299 - Centro - Cafelândia - PR / CEP.: 85.415-000 - Fone: (45) 3241-4300 – Fax.: (45) 3241-1156

CNPJ : 78.121.878/0001-72 - Site: [www.cafelandia.pr.gov.br](http://www.cafelandia.pr.gov.br)





**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

- 8.2.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.2.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.2.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.2.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;
- 8.2.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.2.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.2.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);
- 8.2.8. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#);
- 8.2.9. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165);
- 8.2.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.





**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
Estado do Paraná  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

**8.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

- 8.3.1. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (Cartão CNPJ);**
- 8.3.2. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.~
- 8.3.3. **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.3.4. **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.3.5. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**
- 8.3.6. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**8.4. Qualificação Econômico-Financeira:**

- 8.4.1. No presente processo licitatório não será exigida qualificação econômico-financeira.

**8.5. Qualificação Técnica ou Requisitos do Objeto:**

- 8.5.1. Alvará de funcionamento regular para atividade licitada; que comprove a regularidade da empresa para o exercício das atividades mencionadas no objeto do edital, devidamente emitido pela autoridade municipal competente;
- 8.5.2. Comprovação de capacidade técnico-profissional, mediante apresentação de atestado de capacidade técnica em nome de profissional habilitado, devidamente registrado no conselho de classe competente, que comprove a execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação, acompanhado de comprovação de vínculo do profissional com a licitante;
- 8.5.3. Licença Sanitária vigente, emitida pela autoridade sanitária competente do domicílio ou sede da licitante compatível com o objeto do edital;
- 8.5.4. Licença Sanitária de Transporte, quando aplicável à execução dos serviços,



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

abrangendo os veículos utilizados, devidamente autorizados para o exercício de atividade compatível com o objeto da licitação, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e/ou com a Resolução SESA nº 1153/2024 da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná;

- 8.5.5. Licença Ambiental, emitida pelo órgão ambiental competente (IAT ou órgão equivalente), conforme exigência da legislação aplicável à atividade de controle de vetores e pragas urbanas;
- 8.5.6. Certidão de Registro do Responsável Técnico no Conselho competente, constando a respectiva responsabilidade técnica por serviços compatíveis, conforme RDC nº 622/2022 da ANVISA e/ou Resolução SESA nº 1153/2024;
- 8.5.7. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no conselho profissional correspondente (CREA, CRQ, CRBio, CRF, etc.), com habilitação expressa para os serviços de controle de vetores e pragas urbanas;
- 8.5.8. Declaração formal do Responsável Técnico, devidamente habilitado, atestando que acompanhará e se responsabilizará integralmente pelos serviços durante todo o período contratual, conforme RDC nº 622/2022 da ANVISA e/ou Resolução SESA nº 1153/2024;
- 8.5.9. Relação de produtos utilizados na execução dos serviços com a comprovação do registro dos mesmos na ANVISA;
- 8.5.10. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Anotação de Função Técnica (AFT) ou documento equivalente;
- 8.5.11. PGRS (Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos);
- 8.5.12. Comprovação de que os profissionais envolvidos na execução dos serviços, quando aplicável, possuem capacitação em **NR-33 (Trabalho em Espaços Confinados)**, em conformidade com a legislação vigente;
- 8.5.13. Comprovação de que os profissionais envolvidos na execução dos serviços, quando aplicável, possuem capacitação em **NR-35 (Trabalho em Altura)**, em conformidade com a legislação vigente;
- 8.5.14. Comprovação de capacitação para condução de veículos que transportem produtos perigosos (MOPP), quando aplicável à execução dos serviços, em conformidade com a legislação de trânsito vigente;
- 8.5.15. Comprovação de que possui estrutura operacional compatível com a execução dos serviços, incluindo equipamentos e recursos necessários ao atendimento das demandas, quando aplicável.

**8.6. Declarações:**

**8.6.1. Declarações Unificadas (conforme Anexo IV do Edital):**

- 8.7. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno**



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

- 8.8. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte e seja constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 8.9. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 8.10. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.11. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.12. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do Contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.13. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.13.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 8.14. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 8.15. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

- 8.16. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 8.17. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais em plataformas ou cadastros (PNCP, SICAF, COMPRASGOV) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 8.18. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação/inabilitação.
- 8.19. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.20. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.20.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo no máximo, duas horas úteis, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.21. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.21.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.22. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):
- 8.22.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.22.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

- 8.23. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro, poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.24. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.20.1.
- 8.25. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

## **9. DOS RECURSOS**

- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.2. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo quinze minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 9.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.4.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.4.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299 - Centro - Cafelândia - PR / CEP.: 85.415-000 - Fone: (45) 3241-4300 – Fax.: (45) 3241-1156

CNPJ : 78.121.878/0001-72 - Site: [www.cafelandia.pr.gov.br](http://www.cafelandia.pr.gov.br)





**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

- 9.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.cafelandia.pr.gov.br/>

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 10.1. **A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada, na plataforma ou no e-mail do Pregoeiro, no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, podendo ser prorrogado desde que apresentada justificativa a ser aceita pelo Pregoeiro,** deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à CONTRATADA, se for o caso.
- 10.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a CONTRATADA.
- 10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos (**limitada a 02 (duas) casas após a vírgula**) e o valor global em algarismos e por extenso.
- 10.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

- 10.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **11.DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

- 11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

## **12.DO CONTRATO**

- 12.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

12.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceite no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

12.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.5. A CONTRATADA reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a)

Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299 - Centro - Cafelândia - PR / CEP.: 85.415-000 - Fone: (45) 3241-4300 – Fax.: (45) 3241-1156

CNPJ : 78.121.878/0001-72 - Site: [www.cafelandia.pr.gov.br](http://www.cafelandia.pr.gov.br)





**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

- 12.7. As possíveis prorrogações contratuais estarão condicionadas: À compatibilidade dos preços contratados com aqueles praticados no mercado em relação à realização de uma nova licitação;

### **13.DO REAJUSTE**

- 13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 13.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 13.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 13.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

### **14.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- a) Der causa à inexecução parcial do contrato ou Instrumentos Equivalentes dela derivados;
  - b) Der causa à inexecução parcial dos Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

- c) Der causa à inexecução total do Contrato ou Instrumentos Equivalentes dela derivados;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para sua celebração, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou execução do o contrato ou Instrumentos Equivalentes dela derivados;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato ou Instrumentos Equivalentes dela derivados;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

**14.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, quando o Fornecedor der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

14.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

14.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

14.2.4. Multa:

14.2.4.1. Moratória de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

14.2.4.2. Moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

14.2.4.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato dela derivados por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

14.2.4.4. Compensatória de 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.3. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração (art. 156, §9º).

14.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração ao Fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

14.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Fornecedor, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

- 14.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 14.8. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Fornecedor, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).
- 14.9. A Administração deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).
- 14.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 14.11. Os débitos do Fornecedor para com a Administração, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo fornecimento ou de outros contratos administrativos que o fornecedor possua com o mesmo órgão ora contratante.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

- 15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos e-mail's [adriano.compras@cafelandia.pr.gov.br](mailto:adriano.compras@cafelandia.pr.gov.br) e [juliana.gomes@cafelandia.pr.gov.br](mailto:juliana.gomes@cafelandia.pr.gov.br).
- 15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro ou Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.
- 15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16.DA CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO**

- 16.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, conforme Decreto Municipal nº 720, de 05 de outubro de 2015. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
  - b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
  - c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
  - d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
  - e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

**17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 17.9. Em caso de divergência existente entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados na página eletrônica da plataforma de licitação [www.gov.br](http://www.gov.br) e as especificações constantes no Termo de Referência, PARA EFEITO DE PROPOSTA, ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO prevalecerão às últimas.
- 17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.cafelandia.pr.gov.br/>.
- 17.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 17.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 17.11.2. ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar;



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
Estado do Paraná  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

- 17.11.3. ANEXO III – Modelo de Proposta;
- 17.11.4. ANEXO IV – Declaração Unificada;
- 17.11.5. ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato.

Cafelândia/PR, 12 de maio de 2026.

---

**JOSIANE JESKE**  
Secretária da Saúde





# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO, DESINFECÇÃO BACTERIOLÓGICA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA POTÁVEL

##### 1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos contínuos e especializados de higienização, desinfecção bacteriológica e manutenção preventiva de reservatórios de água potável (bruta e tratada). O escopo inclui obrigatoriamente a coleta de amostras e a subsequente análise laboratorial de potabilidade da água. O serviço tem a finalidade de atender integralmente às demandas da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria de Educação e Cultura do município de Cafelândia Paraná, abrangendo, os estabelecimentos educacionais, unidades públicas de saúde, com destaque fundamental para o ambiente hospitalar e demais espaços institucionais vinculados, durante o período contínuo de 12 (doze) meses.

##### ITENS A SEREM LICITADOS

###### LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MEDIA	TOTAL
01	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, no <b>Centro Municipal de Saúde (AV. Juscelino Kubitschek nº 394). Área Total: 720 m2.</b> Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.	12	R\$ 342,34	R\$ 4.108,08



# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

02	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando 1 reservatório de polietileno com capacidade de 1.000 litros. <b>(Centro Municipal de Saúde Av. Juscelino Kubitschek nº 394).</b>	2	R\$ 257,50	R\$ 515,00
03	<p>Plano de Gerenciamento para Prevenção e Controle do Aedes aegypti (PGPCA)</p> <p>Serviços de Controle e Monitoramento de Larvas de Mosquitos</p> <p>1. Objetivo do Serviço</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Fornecimento de serviços especializados de controle e monitoramento de larvas de mosquitos.</li><li>• Atendimento direto às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Cafelândia – Paraná.</li><li>• Garantia de condições sanitárias adequadas no ambiente.</li><li>• Redução ativa dos riscos de surtos epidemiológicos na região.</li><li>• Garantia da segurança da saúde pública e da continuidade ininterrupta das atividades da unidade de saúde.</li></ul> <p>2. Local e Prazo de Execução</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Local de Atuação: Hospital Municipal Fioravante Motter (Cafelândia – PR), abrangendo toda a sua área comum.</li><li>• Período de Contratação: 12 (doze) meses de prestação contínua.</li></ul> <p>3. Fundamentação Legal e Normativa</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Resolução SESA nº 0029/2011: Cumprimento da Norma Técnica de Prevenção à Proliferação do Mosquito Aedes aegypti (vetor da dengue, zika, chikungunya e febre amarela).</li><li>• Resolução SESA nº 1153/2024: Adequação às diretrizes atualizadas de saúde do Estado do Paraná.</li><li>• RDC nº 622/2022 da ANVISA: Respeito à regulamentação federal para funcionamento de empresas de controle de vetores e pragas urbanas.</li><li>• PNCD: Alinhamento técnico com as diretrizes do Programa Nacional de Controle da Dengue.</li></ul> <p>4. Metodologia de Execução (O PGPCA)</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Foco Central: Prevenção, identificação e eliminação sistemática de criadouros.</li><li>• Vistorias - Frequência Padrão: Realizadas a cada 30 dias (mensalmente) em todo o complexo.</li><li>• Vistorias - Frequência Intensificada: Redução do intervalo para a cada 15 dias (quinzenalmente) em períodos chuvosos ou sob necessidade técnica justificada.</li><li>• Inspeções em Campo: Identificação de focos, destruição de criadouros e proposição de</li></ul>	12	R\$ 1.026,67	R\$ 12.320,04



# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

	<p>medidas corretivas e preventivas.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Controle Larvário: Aplicação direcionada de larvicidas químicos ou biológicos.</li><li>• Aplicação Residual: Tratamento estratégico para controle da proliferação em todas as áreas comuns.</li><li>• Técnicas Complementares: Uso de termonebulização (fumacê) sempre que for diagnosticada a necessidade.</li></ul> <p>5. Análise Laboratorial Especializada</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Coleta de Amostras: Retirada de larvas diretamente em campo durante as vistorias técnicas.</li><li>• Processamento Analítico: Envio das amostras para laboratório especializado.</li><li>• Identificação e Viabilidade: Análise focada em determinar a espécie recolhida e a viabilidade das larvas.</li><li>• Inteligência de Dados: Uso dos resultados para subsidiar laudos, relatórios, tomada de decisão e ajuste das estratégias contínuas de controle.</li></ul> <p>6. Documentação e Entregáveis</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Ações Educativas: Realização de orientações preventivas no local.</li><li>• Laudos Técnicos Conclusivos: Documentos atestando o panorama do local e a eficácia das intervenções realizadas.</li><li>• POP (Procedimentos Operacionais Padronizados): Manuais detalhando a metodologia, normas de segurança e processos técnicos utilizados.</li><li>• Cronogramas: Calendário prévio detalhando os dias de visitas e de aplicações.</li><li>• Relatórios CIP (Controle Integrado de Pragas): Emissão de relatórios com foco exclusivo no monitoramento e combate ao <i>Aedes aegypti</i>.</li><li>• Checklists: Aplicação de formulários de checagem para validar as medidas preventivas e corretivas no ambiente.</li><li>• ART (Anotação de Responsabilidade Técnica): Documento legal emitido junto ao Conselho Regional de Biologia (CRBio), atestando a liderança de um biólogo capacitado sobre todas as operações.</li></ul>			
04	<p>Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, no Hospital Municipal Fioravante Motter (<b>AV. Jucelino Kubitschek n 1773</b>).</p>	12	R\$ 782,72	R\$ 9.392,64



# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

	Área Total: 2.517,18 m2. Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.			
05	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando 2 reservatórios, 1 com capacidade de 1.000 litros.	2	R\$ 257,50	R\$ 515,00
06	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando 2 reservatórios, 1 com capacidade de 20.000 litros.	2	R\$ 870,00	R\$ 1.740,00
07	Prestação de serviços de coleta e análise microbiológica da água, em conformidade com a Portaria GM/MS nº 888/2021 e o Código de Saúde do Paraná, contemplando os parâmetros de coliformes totais, E. Coli, pH, cor, turbidez, cloro residual livre e temperatura no momento da coleta, com emissão de laudos laboratoriais atestando a potabilidade da água. Coleta Água dos reservatórios: a cada 6 meses. Coleta Água da torneira da CME: a cada 3 meses.	6	R\$ 156,67	R\$ 940,02
08	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, na Unidade Básica de Saúde - <b>Os Pioneiros (Rua Nicanor Sganzerla n 571)</b> Área Total: 289,62 m2. Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.	12	R\$ 152,50	R\$ 1.830,00
09	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando 1 reservatório de polietileno com capacidade de 1.000 litros. <b>(Os Pioneiros Rua Nicanor Sganzerla n 571)</b>	2	R\$ 257,50	R\$ 515,00
10	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, na Unidade de Saúde - Centro Norte <b>(Av. Presidente Vargas n 790.</b> Área Total: 240,16m2.	12	R\$ 144,50	R\$ 1.734,00



# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

	Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.			
11	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando 1 reservatório de polietileno com capacidade de 10.000 litros. <b>Centro Norte (Av. Presidente Vargas n 790).</b>	2	R\$ 500,00	R\$ 1.000,00
12	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, na Unidade de Saúde - <b>Parque Verde Alvorada (Rua Cecília Roecker n 134)</b> Área Total: 409,84 m2 Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.	12	R\$ 182,79	R\$ 2.193,48
13	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando 1 reservatório de polietileno com capacidade de 500 litros. <b>Parque Verde Alvorada (Rua Cecília Roecker n 134).</b>	2	R\$ 240,00	R\$ 480,00
14	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, na Unidade Básica de Saúde - <b>Benjamin Antônio Motter (Rua Ernesto Basso n 58)</b> Área Total: 264,01 m2 Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.	12	R\$ 143,33	R\$ 1.719,96
15	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando 1 reservatório de polietileno com capacidade de 1.000 litros. <b>Benjamin Antônio Motter (Rua Ernesto Basso n 58).</b>	2	R\$ 257,50	R\$ 515,00



# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

16	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, na <b>Unidade Básica de Saúde - Central Santa Cruz</b> Área Total: 293,76 m2 Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.	12	R\$ 149,34	R\$ 1.792,08
17	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando 1 reservatório de polietileno com capacidade de 500 litros. <b>Unidade Básica de Saúde - Central Santa Cruz</b>	2	R\$ 240,00	R\$ 480,00
18	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, na <b>Unidade Farmácia Básica - Benjamin Antônio Motter (Av. Marechal Lott n 539).</b> Área Total: 289,91 m2 Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.	12	R\$ 152,56	R\$ 1.830,72
19	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando 1 reservatório de polietileno com capacidade de 1.000 litros. <b>Unidade Farmácia Básica - Benjamin Antônio Motter (Av. Marechal Lott n 539).</b>	2	R\$ 257,50	R\$ 515,00
20	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, no <b>Centro de Imunização (Rua Senador Nereu Ramos n 299).</b> Área Total: 140 m2 Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.	12	R\$ 108,28	R\$ 1.299,36
21	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando 1 reservatório de polietileno com capacidade de 1.000 litros. <b>Centro de Imunização (Rua Senador Nereu Ramos n 299).</b>	2	R\$ 257,50	R\$ 515,00





# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

22	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, na <b>Base SAMU (Rodovia PR 574 n 502)</b> Área Total: 136,67 m2 Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.	12	R\$ 97,01	R\$ 1.164,12
23	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando 1 reservatório de polietileno, com capacidade de 250 litros. <b>Base SAMU (Rodovia PR 574 n 502)</b>	2	R\$ 183,33	R\$ 366,66
24	Prestação de serviços de coleta e análise microbiológica da água, em conformidade com a Portaria GM/MS nº 888/2021 e o Código de Saúde do Paraná, contemplando os parâmetros de coliformes totais, E. Colli, pH, cor, turbidez, cloro residual livre e temperatura no momento da coleta, com emissão de laudos laboratoriais atestando a potabilidade da água.	2	R\$ 216,67	R\$ 433,34
25	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a rdc nº 622/2022 da anvisa e a resolução sesa/pr nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a rdc nº 622/2022, o pronto atendimento <b>PAM avenida juscélino kubitschek, nº 1773 - centro.</b> área total:728,50m². centro. obs.: com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação	12	R\$ 159,56	R\$ 1.914,72
26	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a rdc nº 91/2016, contemplando 1 reservatório de polietileno com capacidade de 1000 litros o pronto atendimento <b>PAM avenida juscélino kubitschek, nº 1773 - centro.</b> área total:728,50m².	2	R\$ 257,50	R\$ 515,00
<b>VALOR TOTAL</b>			<b>R\$ 50.344,22</b>	





# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

## LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MEDIA	TOTAL
01	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, no <b>Escola Municipal Theofanio A. Maltezo (R. Dr. Plínio Costa, 357 - Centro)</b> . Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.	12	R\$ 897,50	R\$ 10.770,00
02	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando reservatórios de polietileno com capacidade de até 1.000 litros. <b>Escola Municipal Theofanio A. Maltezo (R. Dr. Plínio Costa, 357 - Centro)</b> .	12	R\$ 230,00	R\$ 2.760,00
03	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, no <b>Escola Municipal Teotonio Vilela (Rua Otavino Andretta, nº 123)</b> . Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.	12	R\$ 386,50	R\$ 4.638,00
04	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando	8	R\$ 230,00	R\$ 1.840,00



# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

	reservatórios de polietileno com capacidade de até 1.000 litros. <b>Escola Municipal Teotonio Vilela (Rua Otavino Andretta, nº 123).</b>			
05	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, na <b>CMEI Rosália Motter (Rua João Lili Círico nº 50).</b> Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.	12	R\$ 406,75	R\$ 4.881,00
06	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando reservatórios de polietileno com capacidade de até 1.000 litros. <b>CMEI Rosália Motter (Rua João Lili Círico nº 50).</b>	6	R\$ 230,00	R\$ 460,00
07	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, na <b>Pré-Escola João XXIII (R. Mal. Rondon nº 168).</b> Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.	12	R\$ 590,75	R\$ 7.089,00
08	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando reservatórios de polietileno com capacidade de até 1.000 litros. <b>Pré-Escola João XXIII (R. Mal. Rondon nº 168).</b>	10	R\$ 230,00	R\$ 2.300,00
09	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, no <b>CMEI Anna Parcheta Franus (R. José Czerniej - Novo Milênio).</b> Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.	12	R\$ 464,50	R\$ 5.574,00
10	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando reservatórios de polietileno com capacidade de até 30.000 litros. <b>CMEI Anna Parcheta</b>	6	R\$ 843,33	R\$ 5.059,98



# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

	<b>Franus (R. José Czerniej - Novo Milênio).</b>			
11	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas - desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, na <b>Escola Municipal Manoel da Nóbrega (Rua Joaquim Barbosa - Central Santa Cruz).</b> Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.	12	R\$ 188,75	R\$ 2.265,00
12	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando reservatórios de polietileno com capacidade de até 1.000 litros. <b>Escola Municipal Manoel da Nóbrega (Rua Joaquim Barbosa - Central Santa Cruz).</b>	8	R\$ 230,00	R\$ 1.840,00
13	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas - desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, na <b>Escola Municipal André Luis da Silva Prestes (Rua Nicanor Sganzerla - Pioneiros).</b> Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.	12	R\$ 687,25	R\$ 8.247,00
14	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando reservatórios de polietileno com capacidade de até 1.000 litros. <b>Escola Municipal André Luis da Silva Prestes (Rua Nicanor Sganzerla - Pioneiros).</b>	6	R\$ 230,00	R\$ 1.380,00
15	Prestação de serviços de coleta e análise microbiológica da água, em conformidade com a portaria gm/ms nº 888/2021 e o código de saúde do paraná, contemplando os parâmetros de coliformes totais, e. coli, ph, cor, turbidez, cloro residual livre e temperatura no momento da coleta, com emissão de laudos laboratoriais atestando a potabilidade da água.	30	R\$ 156,67	R\$ 4.700,10
<b>VALOR TOTAL</b>		<b>R\$ 63.804,08</b>		



## GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

Valor total da licitação é **R\$ 114.148,30 (Cento e quatorze mil cento e quarenta e oito reais e trinta centavos).**

A opção pela modalidade Pregão justifica-se pela possibilidade de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, garantindo a observância dos princípios da economicidade, eficiência e ampla competitividade, conforme preconizado pela legislação vigente.

A demanda foi analisada e constatou-se a viabilidade da execução parcelada dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas (dedetização). Assim, a presente contratação será efetivada de forma parcelada, considerando a natureza contínua e periódica dos serviços, com execuções mensais e semestrais, visando à otimização dos recursos públicos e permitindo o atendimento conforme as necessidades específicas das Secretarias do Município.

Em observância ao disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, o Lote 1 e 02 será exclusiva para empresas enquadradas como Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), tendo em vista o valor estimado da contratação, garantindo, assim, o incentivo à participação de pequenos empreendedores e o fortalecimento da economia local.

Essa configuração assegura a competitividade, a eficiência no processo licitatório e o cumprimento dos objetivos legais de fomentar o desenvolvimento das micro e pequenas empresas.

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitado o limite máximo de até 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 e 108 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada, a cada prorrogação, a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições iniciais do contrato. A prorrogação poderá incluir a renovação dos quantitativos, conforme previsto no instrumento contratual.

Fica expressamente vedada a subcontratação do objeto.



## GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços especializados de higienização e desinfecção bacteriológica de reservatórios de água potável, bem como de Controle Integrado de Pragas Urbanas, com a finalidade de assegurar condições adequadas de higiene, salubridade e segurança sanitária nas unidades vinculadas às Secretarias Municipais de Saúde e de Educação e Cultura do Município de Cafelândia/PR.

**Fundamentação:** A contratação fundamenta-se no inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, considerando que os serviços pretendidos possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, com características usuais de mercado, enquadrando-se como serviços comuns, passíveis de contratação por meio da modalidade pregão.

**Da Necessidade:** A contratação justifica-se pela necessidade de garantir a execução contínua, periódica e tecnicamente adequada de serviços essenciais à manutenção das condições sanitárias das unidades públicas municipais, abrangendo a higienização, desinfecção e controle preventivo de fatores de risco à saúde coletiva.

No que se refere aos reservatórios de água potável, destaca-se que a água constitui insumo essencial e de uso intensivo tanto nas unidades de saúde quanto nas unidades educacionais, sendo destinada ao consumo humano, preparo de alimentos, higienização de ambientes e, no caso das unidades de saúde, também à esterilização de materiais. Nesse contexto, a manutenção preventiva e corretiva dos reservatórios, aliada ao monitoramento da potabilidade por meio de análises laboratoriais, é medida indispensável para prevenir a contaminação por agentes físicos, químicos e biológicos.

A ausência ou inadequação desses serviços pode resultar na proliferação de microrganismos patogênicos, como bactérias, vírus e protozoários, bem como na presença de substâncias químicas nocivas, comprometendo a qualidade da água e representando risco direto à saúde dos usuários, pacientes, alunos, servidores e colaboradores. Dessa forma, a limpeza e desinfecção dos reservatórios devem ocorrer, no mínimo, de forma semestral, ou sempre que identificadas anomalias, contaminações ou



## GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

quaisquer indícios de comprometimento da qualidade da água, possuindo caráter preventivo e corretivo.

Paralelamente, o Controle Integrado de Pragas Urbanas constitui medida essencial de saúde pública, tendo em vista que insetos, roedores e outros vetores podem atuar como agentes transmissores de doenças, além de comprometerem as condições de higiene e segurança dos ambientes. Destaca-se, nesse contexto, a necessidade de ações contínuas e sistemáticas de prevenção e controle, incluindo o monitoramento e combate ao mosquito *Aedes aegypti*, vetor de doenças como dengue, zika e chikungunya, exigindo intervenções periódicas e tecnicamente orientadas.

A contratação de empresa especializada mostra-se a alternativa mais adequada, considerando a complexidade técnica dos serviços, a necessidade de utilização de produtos devidamente regularizados junto aos órgãos competentes, o emprego de equipamentos específicos e a exigência de mão de obra qualificada, além da obrigatoriedade de observância às normas sanitárias, ambientais e de segurança do trabalho vigentes.

A execução indireta dos serviços proporciona maior eficiência operacional, padronização dos procedimentos, rastreabilidade das ações realizadas e melhor controle dos resultados, por meio da emissão de relatórios técnicos e laudos laboratoriais, garantindo maior segurança à Administração Pública.

Adicionalmente, a contratação contribui para o cumprimento das exigências legais e normativas aplicáveis, evitando riscos de sanções administrativas e assegurando o pleno funcionamento das unidades públicas atendidas, sem prejuízo à continuidade dos serviços essenciais.

Dessa forma, a contratação revela-se necessária, adequada e vantajosa para a Administração Pública, alinhando-se aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como garantindo a proteção da saúde coletiva e a adequada prestação dos serviços nas áreas de saúde e educação.





## **GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**

Estado do Paraná

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

Para atender à demanda, a solução escolhida consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Controle Integrado de Pragas Urbanas (dedetização), compreendendo desinsetização, desratização, descupinização e serviços correlatos, conforme as quantidades e especificações definidas no presente Termo de Referência. A contratação será realizada em estrita conformidade com os preceitos legais e regulamentares aplicáveis, garantindo transparência e eficiência no processo.

Para assegurar a compatibilidade dos preços com os praticados no mercado, foram realizadas pesquisas por meio de orçamentos junto a empresas especializadas no ramo, bem como utilizado como parâmetro complementar o último contrato firmado pelo Município para objeto semelhante. Ressalta-se que não foi possível a utilização de bases públicas como o PNCP, em razão das especificidades do objeto, cujos serviços são mensurados por metragem e características próprias de cada local, o que dificulta a obtenção de comparativos diretos. Dessa forma, a metodologia adotada permitiu uma estimativa adequada dos custos e a obtenção de condições vantajosas para a Administração.

Considerando a natureza dos serviços a serem contratados e a legislação vigente, verifica-se que a modalidade de licitação mais adequada será o pregão, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

O critério de julgamento adotado será o menor preço por Lote, conforme previsto na legislação, visando à otimização dos recursos públicos e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A solução consiste na contratação de empresa para a prestação de serviços de controle de pragas urbanas, de forma parcelada, conforme a demanda das Secretarias Municipais de Saúde e de Educação e Cultura do Município de Cafelândia/PR.

A execução dos serviços será realizada de forma contínua e periódica, com intervenções mensais e semestrais, conforme as necessidades de cada unidade, abrangendo escolas, centros de educação infantil, unidades de saúde e demais espaços públicos vinculados às referidas Secretarias.



## **GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**

### **Estado do Paraná**

A contratação será realizada por meio de pregão eletrônico, com julgamento pelo critério de menor preço por lote, considerando a divisão por Secretarias, visando garantir a padronização dos serviços e maior eficiência na execução contratual.

Os serviços deverão atender às especificações técnicas estabelecidas, garantindo qualidade, segurança sanitária e conformidade com as normas vigentes, especialmente aquelas aplicáveis ao controle de vetores e pragas urbanas.

A solução adotada visa garantir a continuidade das atividades essenciais da Administração, assegurando condições adequadas de higiene, salubridade e controle de pragas, promovendo a saúde pública e o bem-estar dos usuários e servidores.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **4.1. Sustentabilidade**

Além dos impactos ambientais descritos no item 16 do Estudo Técnico Preliminar eventualmente, devem ser observados os seguintes requisitos, conforme as diretrizes estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- I. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício;
- II. Adotar medidas que contribuam para a redução do consumo de água durante a preparação e aplicação de produtos, bem como na limpeza de equipamentos utilizados na execução dos serviços;
- III. Dar preferência à utilização de equipamentos que promovam eficiência na aplicação dos produtos, reduzindo o consumo e minimizando impactos ambientais;
- IV. Utilizar equipamentos adequados e em bom estado de conservação, evitando vazamentos, dispersões indevidas e contaminação do meio



# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

ambiente;

- V. Repassar aos seus empregados todas as orientações referentes ao uso racional de recursos naturais e à correta aplicação dos produtos utilizados nos serviços;
- VI. Fornecer aos empregados os equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários à execução segura dos serviços, conforme normas de segurança do trabalho;
- VII. Adotar técnicas e produtos que minimizem riscos à saúde humana, aos animais e ao meio ambiente, priorizando, sempre que possível, produtos menos agressivos e devidamente registrados nos órgãos competentes;
- VIII. Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas sustentáveis, uso correto de produtos químicos, redução de impactos ambientais e destinação adequada de resíduos;
- IX. Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores;
- X. Conduzir suas atividades em conformidade com a legislação ambiental, sanitária e de segurança do trabalho vigente, prevenindo riscos ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e usuários;
- XI. Realizar a destinação ambientalmente adequada das embalagens e resíduos provenientes dos produtos utilizados, especialmente aqueles classificados como perigosos, conforme legislação vigente;
- XII. É proibido o descarte irregular de resíduos químicos, bem como qualquer prática que cause poluição ambiental, devendo ser observadas as normas de controle de emissão e descarte;
- XIII. Priorizar, sempre que possível, a utilização de produtos com menor impacto ambiental, biodegradáveis ou com formulações menos agressivas;
- XIV. Adotar medidas que evitem a contaminação de reservatórios de água, alimentos e superfícies sensíveis durante a execução dos serviços;
- XV. Colaborar para a redução da geração de resíduos, promovendo, quando possível, a reutilização, reciclagem e destinação final ambientalmente



# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

adequada.

## 5.0 Indicação de marcas ou modelos

Não se aplica

## 6.0 Garantia da Contratação

Não haverá exigência de garantia.

## 7.0 Da exigência de amostra

Não há necessidade de apresentação de amostra.

## 7.1 Obrigação das partes

### 7.2 Da contratada

- I. Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação
- II. Designar, formalmente, representante, no ato da assinatura do contrato, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento.
- III. Acatar as recomendações da fiscalização do contratante, facilitando a ampla ação desta, inclusive com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitados.
- IV. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários.
- V. Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- VI. A Contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, estrutura operacional compatível com a execução dos serviços, contemplando equipe técnica devidamente capacitada, equipamentos apropriados e em perfeito estado de funcionamento, bem como, quando aplicável, caminhão equipado com sistema de hidrojateamento de alta pressão e sucção a vácuo,



# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

especialmente para atendimento de reservatórios de grande capacidade, assegurando a eficiência, segurança, rastreabilidade e conformidade com as normas sanitárias e ambientais vigentes.

## 7.3 Da contratante

- I. Fiscalizar a execução dos serviços, verificando se estão sendo prestados de acordo com as especificações estabelecidas neste termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada.
- II. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o serviço pactuado.
- III. Comunicar, por escrito, a contratada qualquer falha na prestação dos serviços, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou proposta apresentada.
- IV. Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

## 7.4 Sanções

Serão utilizadas sanções do decreto municipal 156/2023 art. 6º.

## 8.0 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 8.1 Condição e local de entrega

Para garantir a correta prestação do objeto será necessário o estrito cumprimento dos seguintes requisitos:

- I. Cumprimento da legislação aplicável.
- II. A empresa CONTRATADA deverá respeitar as normas de segurança vigentes.
- III. A prestação dos serviços não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- IV. A entrega dos serviços obedecerá rigorosamente às condições deste Edital,



# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

Contrato e seus anexos.

- V. Prazo da prestação de serviços: Será de 15 (quinze) dias, contados do momento do recebimento da requisição de compras, confirmação por e-mail ou contato telefônico, seguindo rigorosamente as quantidades solicitadas.
- VI. Local de efetivação do serviço: O local prestação do serviço será definido pela secretaria no momento da requisição de compra. A empresa deverá ser capaz de cumprir os prazos estabelecidos e atender a todas as exigências contratuais, garantindo a continuidade e a eficácia dos serviços prestados.
- a) As despesas provenientes serão suportadas pela empresa vencedora.
  - b) Cabe ao servidor responsável terminar todos os procedimentos e verificação de qualidade para posterior assinatura das guias de entrega.
  - c) Caso o recebedor constatar a impossibilidade do uso, os produtos deverão ser devolvidos e repostos no prazo estipulado neste Termo.

## 8.2 Garantia, manutenção e assistência técnica

Não se aplica.

## 9.0 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas e normas da Lei 14.133/2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

A fiscalização do contrato seguirá o contido no decreto municipal 156/2023. São indicados para a fiscalização:

Gestor: **VILMA INÊS DEFINSKI** - matrícula 71421, e/ou **SORLI DOMIGOS PORTO** e/ou **ADAUTO COSTA JUNIOR** – matrícula 80161.

Fiscal Titular: Valdirene Sanches – Matrícula **767321695**

Fiscal Reserva: Gean Carlos Buss – Matrícula **767323212**





## **GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**

Estado do Paraná

### **10.0 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DE PAGAMENTO**

#### **10.1 Recebimento do objeto**

Os serviços serão recebidos provisoriamente após a execução de cada intervenção, mediante verificação in loco, na presença de representantes da Contratante e da Contratada, observando-se o cumprimento das Ordens de Serviço, bem como as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias após a execução dos serviços, desde que não haja apontamentos de irregularidades ou não conformidades em relação às especificações técnicas e às obrigações contratuais.

Os serviços poderão ser rejeitados, inclusive antes do recebimento provisório, quando executados em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada, devendo ser refeitos ou corrigidos pela

Contratada, às suas expensas, no prazo a ser estabelecido pela Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

No caso de controvérsia quanto à execução dos serviços, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se a Contratada para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento.

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela qualidade, segurança e eficiência dos serviços executados, nem a responsabilidade técnico-profissional pela adequada execução do contrato.

#### **10.2 Liquidação**

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 dias corridos para fins de liquidação.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, como:

##### **I. Prazo de validade**



## GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

- II. Data da emissão
- III. Dados do contrato e órgão contratante
- IV. Período respectivo da execução
- V. Valor a pagar
- VI. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus do contratante;

O pagamento efetuado pela Prefeitura de Cafelândia não isenta a contratada de suas obrigações e responsabilidades.

É vedada a contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

### 10.3 Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada retenção tributária prevista na legislação vigente.

O contrato regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei complementar Nº123/2006, não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na Lei Complementar.

## 11.0 FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 11.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

A vencedora será selecionada por meio de **PROCESSO LICITATÓRIO**, utilizando a



## GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

modalidade **PREGÃO** na forma eletrônica, com a aplicação do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

### 11.2 Exigência de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos a serem estabelecidos no edital:

- a) Alvará de funcionamento regular para atividade licitada; que comprove a regularidade da empresa para o exercício das atividades mencionadas no objeto do edital, devidamente emitido pela autoridade municipal competente;
- b) Comprovação de capacidade técnico-profissional, mediante apresentação de atestado de capacidade técnica em nome de profissional habilitado, devidamente registrado no conselho de classe competente, que comprove a execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação, acompanhado de comprovação de vínculo do profissional com a licitante.
- c) Licença Sanitária vigente, emitida pela autoridade sanitária competente do domicílio ou sede da licitante compatível com o objeto do edital;
- d) Licença Sanitária de Transporte, quando aplicável à execução dos serviços, abrangendo os veículos utilizados, devidamente autorizados para o exercício de atividade compatível com o objeto da licitação, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e/ou com a Resolução SESA nº 1153/2024 da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná.
- e) Licença Ambiental, emitida pelo órgão ambiental competente (IAT ou órgão equivalente), conforme exigência da legislação aplicável à atividade de controle de vetores e pragas urbanas.
- f) Certidão de Registro do Responsável Técnico no Conselho competente, constando a respectiva responsabilidade técnica por serviços compatíveis, conforme RDC nº 622/2022 da ANVISA e/ou Resolução SESA nº 1153/2024;
- g) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no conselho profissional correspondente (CREA, CRQ, CRBio, CRF, etc.), com habilitação expressa para os serviços de controle de vetores e pragas urbanas;



## GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

- h) Declaração formal do Responsável Técnico, devidamente habilitado, atestando que acompanhará e se responsabilizará integralmente pelos serviços durante todo o período contratual, conforme RDC nº 622/2022 da ANVISA e/ou Resolução SESA nº 1153/2024;
- i) Relação de produtos utilizados na execução dos serviços com a comprovação do registro dos mesmos na ANVISA;
- j) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Anotação de Função Técnica (AFT) ou documento equivalente;
- k) PGRS (Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos);
- l) Comprovação de que os profissionais envolvidos na execução dos serviços, quando aplicável, possuem capacitação em **NR-33 (Trabalho em Espaços Confinados)**, em conformidade com a legislação vigente.
- m) Comprovação de que os profissionais envolvidos na execução dos serviços, quando aplicável, possuem capacitação em **NR-35 (Trabalho em Altura)**, em conformidade com a legislação vigente.
- n) Comprovação de capacitação para condução de veículos que transportem produtos perigosos (MOPP), quando aplicável à execução dos serviços, em conformidade com a legislação de trânsito vigente.
- o) Comprovação de que possui estrutura operacional compatível com a execução dos serviços, incluindo equipamentos e recursos necessários ao atendimento das demandas, quando aplicável.

### 11.3 Estimativas do valor da contratação

A estimativa de preço para a contratação é de **R\$ 114.148,30 (Cento e quatorze mil cento e quarenta e oito reais e trinta centavos)**, sendo o valor unitário apurado com base na média dos preços obtidos nas pesquisas realizadas.

A pesquisa de preços foi conduzida da seguinte forma realização de pesquisa direta com empresas especializadas do ramo, mediante solicitação de orçamentos individualizados, permitindo que os fornecedores considerassem as particularidades do objeto, especialmente as metragens e condições específicas das áreas a serem atendidas. Adicionalmente, utilizou-se como parâmetro complementar o último contrato



## GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

firmado pelo Município para objeto semelhante, com o intuito de conferir maior segurança e coerência à formação do preço estimado.

Cumprе ressaltar que o levantamento de preços não foi realizado exclusivamente por meio de consultas ao Painel de Preços do Governo Federal (PNCP) ou em atas/termos de referência de outros órgãos públicos. Tal procedimento se justifica em razão da natureza específica do objeto, uma vez que os serviços a serem contratados são dimensionados com base em metragem quadrada das áreas a serem atendidas, além de envolverem variáveis como tipo de ambiente, grau de infestação, periodicidade e características próprias de cada local. Dessa forma, verificou-se que os preços disponíveis em plataformas públicas, como o PNCP, ou constantes em termos de referência de outros entes, não refletem com precisão a realidade da demanda deste Município, podendo comprometer a fidedignidade da estimativa.

### 12.0 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes deste contrato serão suportadas por recursos dispostos na dotação orçamentária correspondente no ano de 2026, nas contas **0780 – Administração Geral; 2190 – Manutenção da Atenção Básica; 3540 – Gestão das Políticas de Educação; 4220 – Manutenção do Ensino Fundamental; 4890 – Manutenção da Educação Infantil; 5630 – Serviços Administrativos da Educação Infantil; 6490 – Manutenção da Divisão de Obras; 6710 – Manutenção e Conservação da Malha Viária; 7320 – Manutenção e Desenvolvimento do Esporte; e 7600 – Manutenção da Coordenação de Agricultura.**, indicando que o município possui recursos financeiros reservado para esse fim específico. Ressaltando a capacidade da administração de arcar com os custos associados à contratação da empresa especializada, suprimindo assim as demandas das Secretarias.

Cafelândia-PR, 29 de abril de 2026.

**DAIANDRA DESTRI PASQUAL GALLO**

Agente de Planejamento



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
Estado do Paraná

**VANESSA DA SILVA RODRIGUES**  
Departamento de Licitações e convênios

**JOSIANE JESKE**  
Secretária da Saúde

**PATRICIA FREITAS TENFEN**  
Secretária Municipal de Educação e Cultura





# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

## ANEXO II

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

#### Estudo Técnico Preliminar

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

Secretaria demandante: Secretaria da Saúde.

Solicitação nº 0194/2026

Secretaria demandante: Secretaria de Educação e Cultura

Solicitação nº 106/2026 SEDUC

#### 2. INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade analisar a necessidade de contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica de reservatórios de água potável, bem como de Controle Integrado de Pragas Urbanas, destinados ao atendimento das unidades vinculadas às Secretarias Municipais de Saúde e de Educação e Cultura do município de Cafelândia/PR.

A contratação compreende, ainda, a coleta e análise laboratorial da água, bem como a execução de serviços de desinsetização, desratização, descupinização e controle de vetores, incluindo o combate ao mosquito *Aedes aegypti*, visando garantir condições adequadas de higiene, salubridade e segurança em unidades de saúde, escolas e demais ambientes públicos atendidos.

Este estudo é elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas sanitárias vigentes, com o objetivo de subsidiar a contratação mais vantajosa para a Administração, assegurando o atendimento ao interesse público e a proteção da saúde coletiva.



# **GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**

Estado do Paraná

### **3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica de reservatórios de água potável, bem como de Controle Integrado de Pragas Urbanas, faz-se necessária para assegurar condições adequadas de higiene, salubridade e segurança nas unidades vinculadas às Secretarias Municipais de Saúde e de Educação e Cultura do Município de Cafelândia/PR.

Os reservatórios de água, quando não submetidos à limpeza e manutenção periódicas, tornam-se suscetíveis à contaminação por agentes físicos, químicos e biológicos, comprometendo a qualidade da água destinada ao consumo humano. Da mesma forma, a ausência de controle eficaz de pragas urbanas favorece a proliferação de insetos, roedores e outros vetores, aumentando o risco de transmissão de doenças e impactando diretamente a saúde pública.

Considerando a natureza contínua dessas demandas, bem como a necessidade de atendimento às normas sanitárias vigentes, torna-se indispensável a contratação de empresa especializada, com capacidade técnica e operacional para execução dos serviços de forma segura, eficiente e regular, abrangendo hospital municipal, unidades de saúde, escolas e demais espaços institucionais vinculados.

Por fim, a presente necessidade está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, estando em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, visando assegurar a continuidade e qualidade dos serviços prestados à população.

### **4. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO**

A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar condições adequadas de higiene, salubridade e segurança sanitária nas unidades vinculadas às Secretarias Municipais de Saúde e de Educação e Cultura do Município de Cafelândia/PR, por meio da execução contínua de serviços especializados de higienização e desinfecção de reservatórios de água potável e de controle integrado de pragas urbanas.



## GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

A manutenção periódica dos reservatórios de água é medida indispensável para garantir a qualidade da água destinada ao consumo humano, prevenindo a contaminação por agentes físicos, químicos e biológicos que podem comprometer a saúde dos usuários. A ausência ou inadequação desses serviços pode resultar na proliferação de microrganismos patogênicos, ocasionando riscos de doenças de veiculação hídrica, especialmente em ambientes sensíveis como unidades de saúde e instituições de ensino. Dessa forma, a higienização e a desinfecção sistemática dos reservatórios, aliadas ao monitoramento da potabilidade, constituem ações indispensáveis para a promoção do bem-estar e a garantia da saúde de usuários, pacientes, alunos, servidores e colaboradores.

É imperativo destacar que a limpeza e a desinfecção dos reservatórios de água devem ocorrer, no mínimo, de forma semestral, ou de maneira imediata sempre que for identificada qualquer anomalia ou indício de contaminação. Tal medida possui caráter preventivo, visando evitar o surgimento e a propagação de doenças de veiculação hídrica, causadas por microrganismos patogênicos, como bactérias, vírus e protozoários, ou pela presença de substâncias químicas nocivas, que podem comprometer a segurança sanitária, afetar o desenvolvimento e a saúde dos alunos, agravar quadros clínicos em unidades de saúde e gerar riscos à saúde pública.

Paralelamente, o controle integrado de pragas urbanas constitui ação essencial de saúde pública, uma vez que insetos, roedores e outros vetores são responsáveis pela transmissão de diversas doenças, além de comprometerem as condições sanitárias dos ambientes. Destaca-se, nesse contexto, a necessidade de combate contínuo ao mosquito *Aedes aegypti*, vetor de enfermidades como dengue, zika e chikungunya, exigindo ações preventivas e corretivas sistemáticas.

A contratação de empresa especializada mostra-se a alternativa mais adequada, considerando a complexidade técnica dos serviços, a necessidade de utilização de produtos regularizados, equipamentos específicos e mão de obra qualificada, além da obrigatoriedade de atendimento às normas sanitárias e ambientais vigentes. A execução indireta permite maior eficiência operacional,



# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

padronização dos procedimentos e melhor controle dos resultados, por meio de relatórios técnicos e laudos laboratoriais.

Adicionalmente, a contratação contribui para o cumprimento das exigências legais e normativas aplicáveis, evitando sanções administrativas e assegurando o pleno funcionamento das unidades públicas atendidas. Ressalta-se, ainda, que a prestação contínua desses serviços é essencial para a manutenção da qualidade dos serviços públicos ofertados à população.

Dessa forma, a contratação revela-se necessária, adequada e vantajosa para a Administração Pública, alinhando-se aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, garantindo a proteção da saúde coletiva e a adequada prestação dos serviços nas áreas de saúde e educação.

## 5. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL OU JUSTIFICATIVA DA AUSÊNCIA DE PREVISÃO

Apesar de não haver Plano de Contratações Anual formalmente instituído no Município, as despesas decorrentes da presente licitação, no âmbito das Secretarias Municipais de Saúde e de Educação, encontram-se devidamente previstas nas dotações orçamentárias municipais, a saber: **0780 – Administração Geral; 2190 – Manutenção da Atenção Básica; 3540 – Gestão das Políticas de Educação; 4220 – Manutenção do Ensino Fundamental; 4890 – Manutenção da Educação Infantil; 5630 – Serviços Administrativos da Educação Infantil; 6490 – Manutenção da Divisão de Obras; 6710 – Manutenção e Conservação da Malha Viária; 7320 – Manutenção e Desenvolvimento do Esporte; e 7600 – Manutenção da Coordenação de Agricultura.**

Tal previsão evidencia que o Município dispõe de recursos financeiros suficientes e previamente alocados para fazer frente às despesas decorrentes da contratação pretendida, demonstrando a capacidade da Administração em arcar com os custos envolvidos.





# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

## 6. REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

Requisitos para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas incluem:

**I. Prazo de execução:** 15 dias a partir da requisição, emitida pela secretaria demandante, sendo que os serviços deverão ser executados conforme cronograma estabelecido pela Secretaria de Saúde e/ou Educação, compreendendo intervenções periódicas mensais e semestrais, observando rigorosamente as áreas e especificações solicitadas.

**II. Local de efetivação do serviço:** Os serviços serão realizados nas unidades vinculadas às Secretarias Municipais de Saúde e Educação, incluindo hospitais, postos de saúde, escolas e demais instalações públicas, conforme definição no momento da solicitação. A empresa deverá cumprir os prazos estabelecidos e atender a todas as exigências contratuais, garantindo a continuidade e a eficácia dos serviços prestados.

**III. Prorrogação:** Autoriza contratos de fornecimento contínuo com prorrogação por iguais períodos, desde que devidamente justificado e vantajoso para a administração.

**IV. Quantidade mínima:** Não será limitada quantidade mínima de serviços por requisição, ficando o fornecedor obrigado a efetuar a entrega ou prestação do serviço no prazo estabelecido.

**V. Regularidade fiscal e trabalhista:** O fornecedor deve estar regularizado perante os órgãos fiscais e trabalhistas, com certidões negativas de débitos tributários, previdenciários e trabalhistas.

**6.1.** A prestação de serviço será de forma parcelada (sem ônus a demandante), pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura do Contrato, com execuções periódicas mensais e semestrais.



## GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

**6.2.** O detentor do Contrato deverá responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.

**6.3.** O detentor da Contrato deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

A contratação deverá observar os requisitos técnicos, operacionais e legais necessários à adequada execução dos serviços de higienização e desinfecção de reservatórios de água potável, bem como de Controle Integrado de Pragas Urbanas.

Os serviços deverão ser executados em conformidade com a legislação sanitária vigente, incluindo normas da ANVISA, Ministério da Saúde, legislações estaduais e demais normas técnicas aplicáveis, com a utilização de produtos devidamente regularizados, seguros e adequados ao uso em ambientes escolares e unidades de saúde.

Os serviços deverão ser executados sob a supervisão direta do responsável técnico indicado, garantindo a conformidade com as normas sanitárias vigentes, a segurança operacional da equipe envolvida e a adequada rastreabilidade dos procedimentos realizados.

A contratada deverá fornecer todos os insumos, equipamentos, mão de obra e materiais necessários à execução dos serviços, assumindo integral responsabilidade por quaisquer custos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais despesas decorrentes da execução contratual.

Deverá, ainda, emitir relatórios técnicos detalhados após cada execução, contendo a descrição dos serviços realizados, produtos utilizados (com indicação de princípio ativo), locais atendidos, data de execução, responsáveis técnicos, bem como, quando aplicável, laudos laboratoriais de análise da água. O não atendimento às exigências técnicas e normativas poderá implicar na recusa dos serviços executados, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em contrato.





# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

## 7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades dos serviços objeto desta licitação foi elaborada com base na demanda anual projetada, considerando o histórico de atendimentos e as necessidades previamente identificadas pelas Secretarias Municipais de Saúde e de Educação e Cultura do Município. Para tanto, foram levados em conta fatores como a metragem das áreas a serem atendidas, a periodicidade recomendada para execução dos serviços e as características específicas de cada unidade. As descrições detalhadas dos serviços encontram-se listadas a seguir:

### LOTE 01 – UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E HOSPITAL

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MEDIA	TOTAL
01	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, no <b>Centro Municipal de Saúde (AV. Juscelino Kubitschek nº 394). Área Total: 720 m2.</b> Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.	12	342,34	4.108,08
02	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando 1 reservatório de polietileno com capacidade de 1.000 litros.	2	257,50	515,00
03	(a) Plano de Gerenciamento para Prevenção e Controle do Aedes aegypti (PGPCA) Serviços de Controle e Monitoramento de Larvas de Mosquitos 1. Objetivo do Serviço • Fornecimento de serviços especializados de controle e monitoramento de larvas de mosquitos. • Atendimento direto às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Cafelândia – Paraná. • Garantia de condições sanitárias adequadas no ambiente. • Redução ativa dos riscos de surtos epidemiológicos na região. • Garantia da segurança da saúde pública e da continuidade ininterrupta das atividades da unidade de	12	1.026,67	12.320,00



## GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

### Estado do Paraná

<p>saúde.</p> <p>2. Local e Prazo de Execução</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Local de Atuação: Hospital Municipal Fioravante Motter (Cafelândia – PR), abrangendo toda a sua área comum.</li><li>• Período de Contratação: 12 (doze) meses de prestação contínua.</li></ul> <p>3. Fundamentação Legal e Normativa</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Resolução SESA nº 0029/2011: Cumprimento da Norma Técnica de Prevenção à Proliferação do Mosquito <i>Aedes aegypti</i> (vetor da dengue, zika, chikungunya e febre amarela).</li><li>• Resolução SESA nº 1153/2024: Adequação às diretrizes atualizadas de saúde do Estado do Paraná.</li><li>• RDC nº 622/2022 da ANVISA: Respeito à regulamentação federal para funcionamento de empresas de controle de vetores e pragas urbanas.</li><li>• PNCD: Alinhamento técnico com as diretrizes do Programa Nacional de Controle da Dengue.</li></ul> <p>4. Metodologia de Execução (O PGPCA)</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Foco Central: Prevenção, identificação e eliminação sistemática de criadouros.</li><li>• Vistorias - Frequência Padrão: Realizadas a cada 30 dias (mensalmente) em todo o complexo.</li><li>• Vistorias - Frequência Intensificada: Redução do intervalo para a cada 15 dias (quinzenalmente) em períodos chuvosos ou sob necessidade técnica justificada.</li><li>• Inspeções em Campo: Identificação de focos, destruição de criadouros e proposição de medidas corretivas e preventivas.</li><li>• Controle Larvário: Aplicação direcionada de larvicidas químicos ou biológicos.</li><li>• Aplicação Residual: Tratamento estratégico para controle da proliferação em todas as áreas comuns.</li><li>• Técnicas Complementares: Uso de termonebulização (fumacê) sempre que for diagnosticada a necessidade.</li></ul> <p>5. Análise Laboratorial Especializada</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Coleta de Amostras: Retirada de larvas diretamente em campo durante as vistorias técnicas.</li><li>• Processamento Analítico: Envio das amostras para laboratório especializado.</li><li>• Identificação e Viabilidade: Análise focada em determinar a espécie recolhida e a viabilidade das larvas.</li><li>• Inteligência de Dados: Uso dos resultados para subsidiar laudos, relatórios, tomada de decisão e ajuste das estratégias contínuas de controle.</li></ul> <p>6. Documentação e Entregáveis</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Ações Educativas: Realização de orientações preventivas no local.</li><li>• Laudos Técnicos Conclusivos: Documentos atestando o panorama do local e a eficácia das intervenções realizadas.</li><li>• POP (Procedimentos Operacionais Padronizados): Manuais detalhando a metodologia, normas de segurança e processos técnicos utilizados.</li><li>• Cronogramas: Calendário prévio detalhando os dias de visitas e de aplicações.</li><li>• Relatórios CIP (Controle Integrado de Pragas): Emissão</li></ul>			
--	--	--	--



# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

	de relatórios com foco exclusivo no monitoramento e combate ao Aedes aegypti. • Checklists: Aplicação de formulários de checagem para validar as medidas preventivas e corretivas no ambiente. • ART (Anotação de Responsabilidade Técnica): Documento legal emitido junto ao Conselho Regional de Biologia (CRBio), atestando a liderança de um biólogo capacitado sobre todas as operações.			
04	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, no <b>Hospital Municipal Fioravante Motter (AV. Jucelino Kubitschek n 1773). Área Total: 2.517,18 m2.</b> Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.	12	782,72	9.392,64
05	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando 2 reservatórios, 1 com capacidade de 1.000 litros.	2	257,50	515,00
06	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando 2 reservatórios, 1 com capacidade de 20.000 litros.	2	847,50	1.695,00
07	Prestação de serviços de coleta e análise microbiológica da água, em conformidade com a Portaria GM/MS nº 888/2021 e o Código de Saúde do Paraná, contemplando os parâmetros de coliformes totais, E. Coli, pH, cor, turbidez, clo residual livre e temperatura no momento da coleta, com emissão de laudos laboratoriais atestando a potabilidade da água. Coleta Água dos reservatórios: a cada 6 meses. Coleta Água da torneira da CME: a cada 3 meses.	6	156,67	940,00
08	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, na Unidade Básica de Saúde - Os Pioneiros (Rua Nicanor Sganzerla n 571) Área Total: 289,62 m2.	12	152,50	1.830,00



# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

	Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.			
09	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando 1 reservatório de polietileno com capacidade de 1.000 litros.	2	257,50	515,00
10	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, na Unidade de Saúde - <b>Centro Norte (Av. Presidente Vargas n 790. Área Total: 240,16m2.</b> Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.	12	144,50	1.734,05
11	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando 1 reservatório de polietileno com capacidade de 10.000 litros.	2	500,00	1.000,00
12	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, na Unidade de Saúde - <b>Parque Verde Alvorada (Rua Cecília Roecker n 134) Área Total: 409,84 m2</b> Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.	12	182,79	2.193,43
13	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando 1 reservatório de polietileno com capacidade de 500 litros.	2	240,00	480,00
14	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, na <b>Unidade Básica de Saúde - Benjamin Antônio Motter (Rua Ernesto Basso n 58) Área Total: 264,01 m2</b>	12	143,33	1.719,94





# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

	Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.			
15	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando 1 reservatório de polietileno com capacidade de 1.000 litros.	2	257,50	515,00
16	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, na <b>Unidade Básica de Saúde - Central Santa Cruz</b> <b>Área Total: 293,76 m2</b> Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.	12	149,34	1.792,06
17	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando 1 reservatório de polietileno com capacidade de 500 litros.	2	240,00	480,00
18	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, na <b>Unidade Farmácia Básica - Benjamin Antônio Motter (Av. Marechal Lott n 539).</b> <b>Área Total: 289,91 m2</b> Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.	12	152,56	1.830,70
19	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando 1 reservatório de polietileno com capacidade de 1.000 litros.	2	257,50	515,00
20	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, no <b>Centro de Imunização (Rua Senador Nereu Ramos n 299).</b> <b>Área Total: 140 m2</b>	12	108,28	1.299,36



# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

	Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.			
21	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando 1 reservatório de polietileno com capacidade de 1.000 litros.	2	257,50	515,00
22	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, na <b>Base SAMU (Rodovia PR 574 n 502)</b> <b>Área Total: 136,67 m2</b> Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.	12	97,01	1.164,09
23	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando 1 reservatório de polietileno, com capacidade de 250 litros	2	183,33	366,67
24	Prestação de serviços de coleta e análise microbiológica da água, em conformidade com a Portaria GM/MS nº 888/2021 e o Código de Saúde do Paraná, contemplando os parâmetros de coliformes totais, E. Colli, pH, cor, turbidez, cloro residual livre e temperatura no momento da coleta, com emissão de laudos laboratoriais atestando a potabilidade da água.	2	156,67	313,33
<b>VALOR TOTAL</b>			<b>R\$ 47.749,34</b>	

## LOTE 02 – ESTABELECIMENTOS EDUCACIONAIS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MEDIA	TOTAL
01	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, no <b>Escola Municipal Theofanio A. Maltezo (R. Dr. Plinio Costa, 357 - Centro)</b> . Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.	12	897,50	10.770,00





## GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

02	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando reservatórios de polietileno com capacidade de até 1.000 litros.	12	257,50	3.090,00
03	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, no <b>Escola Municipal Teotonio Vilela (Rua Otalvino Andretta, nº 123)</b> . Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.	12	386,50	4.638,00
04	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando reservatórios de polietileno com capacidade de até 1.000 litros.	8	257,50	2.060,00
05	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, na <b>CMEI Rosália Motter (Rua João Lili Cirico nº 50)</b> . Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.	12	406,75	4.881,00
06	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando reservatórios de polietileno com capacidade de até 1.000 litros.	6	257,50	1.545,00
07	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, na <b>Pré-Escola João XXIII (R. Mal. Rondon nº 168)</b> . Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.	12	590,75	7.089,00
08	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando reservatórios de polietileno com capacidade de até 1.000 litros.	10	257,50	2.575,00



# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

## Estado do Paraná

X

09	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, no <b>CMEI Anna Parcheta Franus (R. José Czerniej - Novo Milênio)</b> . Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.	12	464,50	5.574,00
10	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando reservatórios de polietileno com capacidade de até 30.000 litros.	6	843,33	5.060,00
11	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, na <b>Escola Municipal Manoel da Nóbrega (Rua Joaquim Barbosa - Central Santa Cruz)</b> . Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.	12	188,75	2.265,00
12	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando reservatórios de polietileno com capacidade de até 1.000 litros.	8	257,50	2.060,00
13	Prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas – desinsetização, desratização e descupinização, em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA e a Resolução SESA/PR nº 1153/2024, com visitas minimamente mensais, conforme determina a RDC nº 622/2022, na <b>Escola Municipal André Luis da Silva Prestes (Rua Nicanor Sganzerla - Pioneiros)</b> . Obs.: Com visitas mensais, vistorias preventivas e assistência imediata em casos de infestação.	12	687,25	8.247,00
14	Prestação de serviços de higienização e desinfecção bacteriológica, em conformidade com a RDC nº 91/2016, contemplando reservatórios de polietileno com capacidade de até 1.000 litros.	6	257,50	1.545,00
15	Prestação de serviços de coleta e análise microbiológica da água, em conformidade com a Portaria GM/MS nº 888/2021 e o Código de Saúde do Paraná, contemplando os	30	156,67	4.700,00



# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

parâmetros de coliformes totais, E. Coli, pH, cor, turbidez, cloro residual livre e temperatura no momento da coleta, com emissão de laudos laboratoriais atestando a potabilidade da água.			
<b>VALOR TOTAL</b>	<b>R\$ 66.099,00</b>		

Valor total Lote 01 e 02 **R\$ 113.848,34**

## 8. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado foi realizado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de identificar as alternativas disponíveis para a prestação de serviços de dedetização, desratização e controle de pragas urbanas, visando assegurar a adequada instrução do processo administrativo e a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Considerando a necessidade de estimativa de preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de dedetização, desratização e controle de pragas urbanas, esclarece-se que o levantamento de preços não foi realizado exclusivamente por meio de consultas ao Painel de Preços do Governo Federal (PNCP) ou em atas/termos de referência de outros órgãos públicos.

Tal procedimento se justifica em razão da natureza específica do objeto, uma vez que os serviços a serem contratados são dimensionados com base em metragem quadrada das áreas a serem atendidas, além de envolverem variáveis como tipo de ambiente, grau de infestação, periodicidade e características próprias de cada local.

Dessa forma, verifica-se que os preços disponíveis em plataformas públicas, como o PNCP, ou constantes em termos de referência de outros entes, não refletem com precisão a realidade da demanda deste Município, podendo comprometer a fidedignidade da estimativa.

Assim, optou-se pela realização de pesquisa direta com empresas especializadas do ramo, mediante solicitação de orçamentos individualizados, permitindo que os fornecedores considerassem as particularidades do objeto, especialmente as metragens e condições específicas das áreas a serem atendidas.

Adicionalmente, utilizou-se como parâmetro complementar o último contrato firmado pelo Município para objeto semelhante, com o intuito de conferir maior segurança e coerência à formação do preço estimado.



# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

## Estado do Paraná

Portanto, a metodologia adotada mostra-se a mais adequada ao caso concreto, garantindo a obtenção de valores compatíveis com o mercado e em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

Dessa forma, entende-se que o valor obtido representa adequadamente o custo estimado para a futura contratação.

### 9. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Os preços estimados para a presente contratação foram apurados em conformidade com o disposto no art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, bem como nos termos do Decreto Municipal nº 154/2023, observando-se a compatibilidade com os valores praticados no mercado, mediante a utilização de parâmetros idôneos de pesquisa, tais como contratações similares e cotações junto a fornecedores.

Considerando que o objeto da contratação refere-se à prestação de serviços de dedetização, desratização e controle de pragas urbanas, cuja mensuração se dá em função da metragem quadrada das áreas a serem atendidas, bem como das características específicas de cada ambiente, optou-se pela realização de pesquisa direta com empresas especializadas do ramo, também se adotou como referência complementar, contratação anterior do Município para objeto semelhante, a fim de conferir maior segurança à estimativa de preços.

Após a análise dos valores coletados, fixou-se o valor global máximo da contratação em **R\$ 113.848,34 (cento e treze mil, oitocentos e quarenta e oito reais e trinta e quatro centavos)**, sendo que os preços unitários foram definidos com base na média aritmética simples das cotações obtidas junto a fornecedores, bem como nos valores constantes do último contrato vigente do Município nº 052/2025, em observância à metodologia adotada para a formação do preço de referência.

A metodologia adotada observa os princípios da economicidade, eficiência e planejamento, assegurando que a futura contratação ocorra em condições vantajosas para a Administração Pública, com adequada aplicação dos recursos públicos e em conformidade com a legislação vigente.





## GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

### 10. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Em cumprimento ao decreto municipal que estabeleceu o escritório "Compra Paraná", decreto 039/2023, nos termos do artigo 7º § 3º, para a possibilidade de aplicação da prioridade da licitação para empresas locais enquadradas, foi realizada consulta junto ao departamento de fiscalização desta municipalidade buscando empresas que possuam em seus CNAE'S atividades que satisfaçam o objeto da licitação. Nesta busca, não foram localizadas empresas locais capazes de participarem do certame.

Ainda, nos termos do art. 48, I da Lei Complementar Federal n.º 123 de 2006, os itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Nos itens de contratação acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme o art. 48, III, da mesma Lei, a Administração deverá estabelecer, em certames para aquisições de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual e Cooperativas.

### 11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO

Para atender à demanda identificada, a solução necessária consistirá na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de dedetização, desratização e controle de pragas urbanas, conforme descrito no item 7 do presente Estudo Técnico Preliminar, em estrita observância aos preceitos legais e regulamentares aplicáveis. Tal decisão fundamenta-se na necessidade de garantir condições adequadas de salubridade nos ambientes públicos municipais, prevenindo riscos à saúde da população e assegurando o adequado funcionamento das atividades administrativas.

Com vistas a assegurar a compatibilidade dos preços com o mercado, foram realizadas pesquisas mediante coleta de orçamentos junto a empresas especializadas na prestação dos serviços, considerando as especificidades do objeto, especialmente a metragem das áreas a serem atendidas e as características dos ambientes. Como



## **GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**

**Estado do Paraná**

complemento, foram considerados dados de contratação anterior do Município para objeto semelhante, reforçando a consistência da estimativa.

Dada a natureza dos serviços a serem contratados e considerando a legislação vigente, conclui-se que a modalidade de licitação mais adequada será o pregão, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e nas normativas correlatas. A escolha desta modalidade justifica-se pela maior competitividade, celeridade no processo de contratação e pela natureza comum dos serviços.

O critério de julgamento a ser adotado será o menor preço, em consonância com o que dispõe a legislação aplicável e com as práticas adotadas pela Administração Pública em contratações similares. A análise de contratações anteriores, associada às cotações realizadas junto ao mercado, contribui para assegurar a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração.

### **12. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO**

Considerando a natureza da demanda, concluiu-se pela divisão do objeto em 02 (dois) lotes distintos, sendo um destinado à Secretaria de Saúde e outro à Secretaria de Educação, com vistas a garantir maior organização, eficiência e adequação operacional na execução dos serviços.

A adoção da contratação por lote justifica-se pela necessidade de assegurar uniformidade na prestação dos serviços dentro de cada grupo de unidades, tendo em vista que os serviços de dedetização devem ser executados de forma padronizada em todos os estabelecimentos pertencentes ao mesmo setor, como postos de saúde, hospitais e unidades escolares.

Dessa forma, uma mesma empresa contratada por lote será responsável pela execução integral dos serviços em todas as unidades vinculadas à respectiva secretaria, garantindo padronização técnica, melhor controle da execução contratual e maior eficiência na gestão dos serviços.

Ademais, a divisão em lotes, sem fracionamento excessivo, contribui para a economia de escala, otimização logística e melhor gerenciamento dos serviços, evitando a pulverização de contratos e possíveis inconsistências na execução.





# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

## Estado do Paraná

Assim, a modelagem adotada mostra-se mais vantajosa para a Administração Pública, assegurando qualidade, eficiência e racionalização dos recursos públicos.

Cumpra ressaltar que os serviços serão executados de forma periódica nas unidades pertencentes às Secretarias de Saúde e Educação, compreendendo intervenções mensais e semestrais, conforme a necessidade e as características específicas de cada local atendido.

Ainda assim dada a natureza dos serviços a serem contratados e considerando a legislação vigente, conclui-se que a modalidade de licitação mais adequada será o pregão, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e nas normativas correlatas. A escolha desta modalidade justifica-se pela maior competitividade, celeridade no processo de contratação e pela natureza comum dos serviços.

Sendo assim o critério de julgamento a ser adotado será o menor preço por Lote, em consonância com o que dispõe a legislação aplicável e com as práticas adotadas pela Administração Pública em contratações similares. A análise de contratações anteriores, associada às cotações realizadas junto ao mercado, contribui para assegurar a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração.

### 13. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente contratação tem como objetivo alcançar resultados que assegurem condições adequadas de salubridade, segurança sanitária e qualidade ambiental nas unidades vinculadas às Secretarias Municipais de Saúde e Educação do Município de Cafelândia/PR.

A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação contínua de serviços de Controle Integrado de Pragas Urbanas, compreendendo desinsetização, desratização, descupinização e controle de pragas assemelhadas, incluindo ações preventivas e corretivas, bem como o monitoramento técnico periódico das áreas atendidas.

Os serviços serão executados de forma planejada, contínua e periódica, com intervenções mensais e semestrais, abrangendo todas as unidades públicas de saúde (hospitais, postos de saúde e demais espaços vinculados) e unidades educacionais (escolas e demais estabelecimentos de ensino), garantindo atendimento integral e padronizado.



# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

## Estado do Paraná

Como resultados pretendidos, destacam-se:

- a) **A eliminação e controle eficaz de pragas urbanas e vetores**, tais como insetos rasteiros e voadores, roedores e aracnídeos, reduzindo riscos à saúde pública;
- b) **A prevenção de surtos epidemiológicos**, especialmente aqueles relacionados a vetores como o *Aedes aegypti*;
- c) **A manutenção de condições adequadas de higiene e salubridade** nos ambientes públicos, especialmente em locais sensíveis como unidades de saúde e escolas;
- d) **A preservação da integridade de insumos, alimentos e estruturas físicas** das unidades atendidas;
- e) **A promoção do bem-estar de usuários, pacientes, alunos, servidores e colaboradores**;
- f) **A padronização dos serviços prestados**, garantindo uniformidade técnica dentro de cada lote (Saúde e Educação);
- g) **O atendimento integral às normas sanitárias vigentes**, especialmente à RDC nº 622/2022 da ANVISA, Resolução SESA/PR nº 1153/2024 e demais legislações aplicáveis.

A execução dos serviços deverá ocorrer de forma estruturada, mediante inspeções técnicas periódicas, identificação de focos, análise das condições ambientais e aplicação de medidas preventivas e corretivas adequadas a cada local, garantindo a efetividade e sustentabilidade das ações.

Dessa forma, espera-se que a contratação contribua diretamente para a melhoria das condições sanitárias dos ambientes públicos municipais, promovendo a saúde coletiva, a segurança dos usuários e a eficiência na gestão dos serviços públicos.

#### 14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Antes da celebração do contrato, a Administração Pública deverá adotar



## **GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**

### **Estado do Paraná**

providências que assegurem a legalidade e a eficiência do processo. Será essencial verificar se o licitante vencedor mantém as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, incluindo a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como registros específicos, alvarás de funcionamento e licenças Sanitárias. Também deverá ser analisada a conformidade da proposta vencedora com os requisitos do edital, assegurando que todos os critérios técnicos, quantitativos, prazos e preços estejam corretamente atendidos.

Além disso, será necessário elaborar o termo de contrato em conformidade com as disposições editalícias e legais, prevendo cláusulas sobre objeto, prazos, obrigações, penalidades e demais condições pertinentes. O contrato deverá ser submetido à análise da assessoria jurídica competente, garantindo sua conformidade com a legislação, prevenindo irregularidades e resguardando a segurança jurídica da contratação. Essas providências serão fundamentais para assegurar a eficácia e a transparência na execução do contrato e a correta aplicação dos recursos públicos.

#### **15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Atualmente, encontra-se vigente o Contrato nº 052/2025, cujo objeto refere-se à prestação de serviços de dedetização, desratização e controle de pragas urbanas no âmbito da Administração Municipal, abrangendo as unidades da Secretaria de Saúde, com término previsto para 26/05/2025. Ressalta-se, contudo, que o referido contrato encontra-se com seu saldo esgotado, comprometendo a continuidade da execução dos serviços.

Diante desse cenário, torna-se necessária a realização de novo processo licitatório, a fim de assegurar a continuidade dos serviços de controle integrado de pragas urbanas nas unidades de saúde e educação, garantindo condições adequadas de higiene, salubridade e proteção à saúde dos usuários, alunos, pacientes, servidores e demais envolvidos.

#### **16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS**



## GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

### Estado do Paraná

A contratação e execução de serviços de controle integrado de pragas urbanas podem gerar impactos ambientais, associados às etapas de armazenamento, transporte, manipulação e aplicação de produtos químicos, bem como à geração e destinação de resíduos decorrentes da atividade. Assim, faz-se necessária a adoção de medidas mitigadoras que assegurem a sustentabilidade da contratação e a redução de danos ao meio ambiente, em consonância com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

**Dentre os principais impactos ambientais associados à presente contratação, destacam-se:**

- a) Contaminação do solo e da água** – A utilização inadequada de inseticidas, raticidas, larvicidas e produtos correlatos pode ocasionar infiltração no solo e contaminação de recursos hídricos.
- b) Exposição de pessoas e animais** – A aplicação incorreta dos produtos pode gerar riscos à saúde de usuários, servidores e animais, especialmente em locais sensíveis como unidades de saúde e escolas.
- c) Geração de resíduos sólidos** – O descarte de embalagens, materiais contaminados e resíduos químicos pode aumentar a carga de resíduos, especialmente quando não há destinação adequada.
- d) Impacto sobre espécies não alvo** – A aplicação indiscriminada de produtos pode afetar organismos benéficos, causando desequilíbrios ambientais.
- e) Emissões de carbono** – As atividades de transporte, logística e operação demandam consumo de combustíveis fósseis, contribuindo para a emissão de gases de efeito estufa.

**Medidas de Tratamento e Mitigação:**





# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

## Estado do Paraná

Para minimizar os impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços, a administração municipal adotará as seguintes medidas:

- a) Uso de produtos regularizados** – Exigir que todos os produtos utilizados estejam devidamente registrados nos órgãos competentes, conforme legislação sanitária vigente.
- b) Aplicação por profissionais habilitados** – Garantir que os serviços sejam executados por equipe capacitada, sob responsabilidade técnica, respeitando dosagens e métodos adequados.
- c) Gerenciamento adequado de resíduos** – Implementação de diretrizes para o descarte correto de embalagens e materiais contaminados, em conformidade com as normas ambientais e sanitárias.
- d) Adoção de técnicas sustentáveis** – Priorizar, sempre que possível, métodos de controle integrado, com ações preventivas e redução do uso excessivo de produtos químicos.
- e) Uso racional e conscientização** – Orientação aos responsáveis pelas unidades quanto às boas práticas e cuidados após a aplicação, promovendo o uso seguro dos ambientes.

**Observância da legislação ambiental:** A contratação deverá observar as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), bem como as normas sanitárias aplicáveis, garantindo a destinação ambientalmente adequada dos resíduos e a execução dos serviços de forma segura e responsável.

Com a adoção dessas medidas, a administração municipal busca equilibrar a necessidade de controle de pragas urbanas com a preservação ambiental e a proteção da saúde pública, promovendo uma gestão eficiente e sustentável.

## 17. ANÁLISE DE RISCO



# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

## Estado do Paraná

A presente análise tem por objetivo identificar os principais riscos relacionados à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas, bem como propor medidas de mitigação, visando assegurar a continuidade da prestação dos serviços e a eficiência da execução contratual.

### **Risco 1: Execução inadequada dos serviços**

**Descrição:** Possibilidade de falhas técnicas na aplicação dos produtos ou execução em desacordo com as normas sanitárias.

**Impacto:** Ineficácia no controle de pragas, necessidade de retrabalho e riscos à saúde dos usuários das unidades.

**Probabilidade:** Média

**Mitigação:** Exigência de responsável técnico habilitado; capacitação da equipe; fiscalização da execução; cumprimento das normas da ANVISA.

### **Risco 2: Utilização de produtos inadequados ou irregulares**

**Descrição:** Uso de produtos não registrados ou fora das especificações exigidas.

**Impacto:** Riscos à saúde pública, ineficiência do serviço e responsabilização da Administração.

**Probabilidade:** Média

**Mitigação:** Exigência de produtos regularizados; apresentação de fichas técnicas e FISPQ; verificação prévia dos insumos utilizados.

### **Risco 3: Atraso ou descontinuidade na execução dos serviços**

**Descrição:** Descumprimento dos prazos estabelecidos para execução periódica (mensal e semestral).

**Impacto:** Reinfestação dos ambientes, comprometimento das condições sanitárias e prejuízo às atividades das unidades.

**Probabilidade:** Média

**Mitigação:** Estabelecimento de cronograma; aplicação de sanções administrativas; acompanhamento contínuo da execução contratual.





# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

## Estado do Paraná

### **Risco 4: Exposição indevida de pessoas e ambientes**

**Descrição:** Aplicação de produtos em horários inadequados ou sem as devidas medidas de segurança.

**Impacto:** Riscos à saúde de alunos, pacientes, servidores e demais usuários.

**Probabilidade:** Média

**Mitigação:** Definição de protocolos de segurança; execução em horários apropriados; comunicação prévia às unidades atendidas.

### **Risco 5: Impactos ambientais decorrentes da aplicação**

**Descrição:** Contaminação do solo, água ou impacto sobre espécies não alvo devido ao uso inadequado de produtos químicos.

**Impacto:** Danos ambientais e possíveis sanções legais.

**Probabilidade:** Baixa

**Mitigação:** Uso controlado de produtos; adoção de técnicas adequadas; cumprimento da legislação ambiental vigente.

### **Risco 6: Falha na fiscalização e gestão contratual**

**Descrição:** Ausência de acompanhamento adequado da execução dos serviços.

**Impacto:** Baixa qualidade na prestação dos serviços e dificuldade na aplicação de penalidades.

**Probabilidade:** Média

**Mitigação:** Designação de fiscal de contrato; registros formais das execuções (relatórios e fotos); monitoramento contínuo

### **Risco 7: Execução em desacordo com o solicitado**

**Descrição:** Realização parcial dos serviços ou em desacordo com as especificações técnicas e áreas previstas.

**Impacto:** Ineficiência no controle de pragas, necessidade de retrabalho e prejuízo à Administração.



# **GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**

**Estado do Paraná**

**Probabilidade:** Média

**Mitigação:** Conferência dos serviços executados; exigência de relatórios técnicos; registro de ocorrências; aplicação de sanções contratuais.

## **18. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO E VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Considerando as informações do presente ETP, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente **VIÁVEL** e necessária para esta municipalidade.

Cafelândia, 28 de Abril de 2026.

Responsáveis pela elaboração:

**VALDIRENE SANCHES**

Matrícula 767321695

**GEAN CARLOS BUSS**

Matrícula 767323212



# **GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**

Estado do Paraná

## **Aprovação**

O presente Estudo Técnico Preliminar já assinado pela responsável por sua elaboração, fica devidamente aprovado pelas autoridades competentes.

**JOSIANE JESKE**  
Secretária da Saúde

**PATRICIA FREITAS TENFEN**  
Secretária Municipal de Educação e Cultura



# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

## ANEXO III

### MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)

Apresentamos nossa proposta para....., objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº xxx/2026 acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

#### IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:

#### PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o Termo de Referência.

Item	Especificação	Quantidade	Unidade	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	xx	xx	xx	xx	R\$	R\$
2	xx	xx	xx	xx	R\$	R\$

#### CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

#### PRAZO DE GARANTIA (SE HOUVER)

A garantia deverá ser da seguinte forma: para todos os **Lotes** de no mínimo \_\_, a contar do recebimento definitivo do objeto pela CONTRATANTE.

#### LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Termo de Referência, deste Edital.

**Obs.:** No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

#### VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

No mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

## LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
Estado do Paraná

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**  
(preferencialmente em papel timbrado da licitante)

**Ao Pregoeiro e equipe de apoio**

Prefeitura Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2026**

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº....., com sede na....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

( ) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

\*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

- 1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.
- 2) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 3) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.
- 4) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso III, do artigo 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 5) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



## GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

6) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.**

7) Declaramos, para os devidos fins que a Conta Corrente p/Depósito: .....Banco: ..... Agência:.....

8) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, encaminhar contrato assinado **concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

**E-mail:**

**Telefone: ( )**

**Cidade:.....Bairro:.....Rua:.....nº .....CEP.....**

9) Caso altere o citado e-mail, telefone ou endereço comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Departamento de Licitações deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

10) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob nº....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da **Ata de Registro de Preços/Contrato**, referente ao Pregão Eletrônico nº **Nº xxx/2026** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

..... de 2026.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa

(Nome Legível/Cargo)





# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

## ANEXO V

### MINUTA DO CONTRATO

#### MINUTA - CONTRATO Nº <NUMEROCONTRATO>/<EXERCICIOCONTRATO>

Processo Administrativo nº XXX/20XX.

<NOMETIPOLICITACAO> nº <NUMEROLICITACAO>/<EXERCICIOCONTRATO>

Contrato de **(aquisição) ou (prestação dos serviços)**, que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA**, e, de outro a empresa **<FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOME>**, nos termos abaixo:

De um lado, o **MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cep: 85.415-000, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. ...., nomeado pelo Termo de Posse, em ....., matrícula nº ....., simplesmente denominado CONTRATANTE, e de outro, a empresa, **<FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOME>**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CNPJ>, com sede na <FORNECEDOR.CONTRATO#T&ENDERECOCOMPLETO>, Telefone: <FORNECEDOR.CONTRATO#T&TELEFONE> e-mail: <FORNECEDOR.CONTRATO#T&EMAILFORNECEDOR>, no município de <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CIDADEUF>, neste ato representado, pelo seu socio administrador ou representante legal Sr.(a) **<FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOMEREPRESENTANTE>**, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto n.º 156 de 20 de dezembro de 2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto: XX.

#### 1.2. Descrição e valores do objeto do presente Contrato:

<ITENS.CONTRATO#T>

#### CLÁUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL



# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

2.1. O presente contrato está sendo firmado com fundamento na Lei Nº 14.133/21, e de acordo com as conclusões do **Processo administrativo nº 0XXX/20XXX - <NOMETIPOLICITACAO> nº <NUMEROLICITACAO>/<EXERCICIOCONTRATO>**, aplicando-se ainda, os princípios inerentes aos contratos administrativos.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1. O CONTRATANTE, pagará ao CONTRATADO, pela **(aquisição do objeto) ou (prestação dos serviços)** estabelecidos na cláusula primeira, **o valor total de R\$ <VALORCONTRATO> (<VALORCONTRATO#E>)**, respeitando o valor máximo do(s) item(s) indicado(s) na cláusula primeira.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. Não haverá exigência de garantia contratual da execução dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

3.4. Os recursos para assegurarem os pagamentos do objeto deste contrato, serão através das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Projeto/atividade e	Natureza	Fonte	Conta / Secretaria

## CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO (conforme termo de referência ou edital)

4.1. O prazo de **vigência da contratação é de XXX(XXXX) XXXX**, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. O produto deverá ser entregue em sua totalidade.

4.3. O prazo de entrega dos **produtos será em até XXX (XXX) dias**, contados da assinatura do contrato é a partir do recebimento da requisição de compra (enviado por e-mail) do departamento solicitante. O local de entrega será definido pela secretária requisitante.

4.4. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021.

4.5. Os prazos de que tratam o item 4.3. poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.



## GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

4.6. Cabe ao entregador aguardar o funcionário responsável terminar todos os procedimentos e verificação de qualidade para posterior assinatura das guias de entrega.

4.7. Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte de carga e descarga.

4.8. Caso o recebedor constatar a impossibilidade do uso, os produtos deverão ser devolvidos e repostos no prazo estipulado pela secretaria ou Termo de Referência.

4.9. **Subcontratação:** Não será admitida a subcontratação do objeto.

### 4.10. RECEBIMENTO DO OBJETO:

4.10.1. Os itens serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constante no Termo de Referência e na proposta.

4.10.2. Os itens poderão ser rejeitados, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo XXX (XXX) dias, a constar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.10.3. No caso de controvérsia sobre execução do objeto, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere a parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.10.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### CLAUSULA QUINTA - DA FORMA E PRAZOS DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal/ Fatura. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.2. O faturamento deverá ser feito através de nota fiscal eletrônica da empresa que participou da licitação emitida: a **Prefeitura Municipal de Cafelândia, CNPJ sob nº 78.121.878/0001-72.**

5.3. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



## GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

5.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

5.6. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.9. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.10. É obrigatória a observância da retenção do Imposto de Renda na fonte conforme IN RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, e consequentemente influenciou a promulgação do Decreto Municipal nº 089, de 03 de agosto de 2023, que dispõe sobre a retenção na fonte do Imposto de Renda incidente sobre pagamentos a fornecedores do Município de Cafelândia/PR, **quando couber**.

### CLÁUSULA SEXTA - GESTÃO CONTRATO - FISCAL E GESTOR

6.1. **O FISCAL**, Anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato equivalente, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3. O fiscal acompanhará a execução para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



## GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

6.4. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.5. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato ou instrumento equivalente nas datas aprazadas, o fiscal contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.8. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término da contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação.

6.9. O fiscal contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.10. Caso ocorram descumprimento das obrigações, o fiscal contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.11. **O GESTOR DO CONTRATO:** Coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais de todas as ocorrências relacionadas à execução contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.14. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo fornecedor, com menção ao seu desempenho na execução, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.





## **GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**

Estado do Paraná

6.15. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.17. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

### **CLÁUSULA SETIMA - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA**

7.1. Nos termos da Lei e demais legislações pertinentes à corresponsabilidade dos agentes públicos envolvidos, firma o presente contrato, juntamente com o Senhor Prefeito Municipal, e a(o) Senhor(a) Secretária(o) que assinar o Ofício de solicitação para a realização do processo licitatório para a aquisição do objeto/prestação de serviços, obrigando-se ao cumprimento do contido na Lei nº 14.133, de 2021, e Decreto n.º 156 de 20 de dezembro de 2023.

### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do Contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Realizar rigorosa conferência das características dos itens fornecidos, por meio da Comissão de Recebimento designada ou servidor, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem.
- d) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste termo de referência, edital e proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- e) Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;





# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

- f) Comunicar, por escrito, à CONTRATADA o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada.
- g) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;
- h) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- i) Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- j) Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- k) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- l) Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- m) Notificar a contratada quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- n) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. São obrigações do Contratado:

- a) Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação.
- b) Disponibilizar canal direto com o fiscal de contrato para atendimento de eventuais dúvidas, reclamações ou problemas durante a entrega dos itens.
- c) Designar, formalmente, representante, no ato da assinatura da ata de registro de preços, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento.
- d) Entregar os produtos respeitando rigorosamente as condições do Edital e seus anexos.



# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

- e) Acatar as recomendações da fiscalização do contratante, facilitando a ampla ação desta, inclusive com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitados.
- f) Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários.
- g) Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- h) Realizar a substituição de eventuais itens que apresentarem defeito(s) no prazo estipulado no Estudo técnico preliminar.
- i) Estar apta a iniciar o fornecimento dos equipamentos no momento da assinatura do contrato.

## CLÁUSULA DECIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PENALIDADES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e Decreto 156 de 20 de dezembro de 2023 o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

10.2.4. Multa:



## GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

- a) Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias;
- b) Moratória de 10 % (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- c) O atraso superior a 5 (cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- d) Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- c) Multa, a qual poderá ser aplicada isoladamente ou de forma cumulada com as demais penas, entre 0,5% a 30% do valor do contrato

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

- a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
- b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 40 (quarenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente,



# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - REAJUSTES

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

11.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, ou por outro índice que vier a substituí-lo, caso haja prorrogação, de comum acordo entre as partes.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

11.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo

## CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.



## GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

12.1.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- a) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- c) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

### CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - CONDOTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

13.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “**prática obstrutiva**”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.





# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

14.1. A CONTRATADA deverá observar para que durante toda a vigência do contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, conforme a Lei nº 14.133/21 e alterações.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE**

15.1. Caberá ao CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais aditivos, no Portal Nacional de Contratações, sítio oficial da internet e Diário Oficial DOS Municípios, observados os prazos previstos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. As despesas resultantes da publicação deste Contrato e de seus eventuais aditivos, correrão por conta do CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

16.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

16.2. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

16.2.1. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, e entre esta e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

16.3. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

16.4. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

16.5. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

16.5.1. A comunicação não exime a CONTRATADA das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

16.6. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis





# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

## CLÁUSULA DECIMA SETIMA - DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Aurora/PR, com renúncia de qualquer outro, para dirimir as dúvidas ou questões decorrentes da presente.

17.2. Fazem parte integrante deste Contrato, independentemente da transcrição, as condições estabelecidas no Edital e as normas contidas na Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 156 de 20 de dezembro de 2023, e demais legislações pertinentes.

17.3. E, por estarem justos, firmam o presente Contrato para que surtam todos os efeitos legais.

**Cafelândia/PR, XXX de XXXX de 20XXX.**

---

### MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA

(NOME#PREFEITO)

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

---

### GESTOR - CONTRATO

(NOME#GESTOR)

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS

---

### FISCAL DO CONTRATO

(NOME#FISCAL)

SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXX

---

<FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOME>

<FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOMEREPRESENTANTE>

REPRESENTANTE LEGAL

CONTRATADA

### TESTEMUNHAS:

---

NOME:

MATRICULA:

---

NOME:

MATRICULA: